

EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM CONFRONTO

TERRITORIAL DEVELOPMENT EXPERIENCES IN CONFRONTATION

Marcos Aurelio Saquet

Pesquisador do CNPq
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
saquetmarcos@hotmail.com

Adilson Francelino Alves

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
adilsonfalves@gmail.com

Resumo

Neste artigo, descrevemos e analisamos aspectos inerentes à formação e atuação de distintas instituições vinculadas aos agricultores de base camponesa e da agricultura familiar. São organizações políticas, ou seja, uma ONG, uma cooperativa de agricultores familiares e duas associações, todas territorializadas, porém, em âmbitos diferentes: local, regional e nacional. Portanto, são distintos processos organizativos e de atuação na produção e comercialização, com destaque para a agroecológica. Para tal, partimos do pressuposto da efetivação de relações de poder, redes e identidades formando territórios diferentes, autocentrados e heterocentrados, porém, sobrepostos e concomitantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Território. Redes. Autonomia.

Abstract

In this paper, we describe and analyze aspects of the formation and performance of different institutions related to family farmers. They are political organizations: an NGO, a cooperative of family farmers and two associations, all territorialized, but in different scopes: local, regional and national. Therefore they are distinct organizational processes and they perform in production and marketing, highlighting the agroecological production. To this end, our starting point is the execution of power relations, networks and identities forming different territories, self-centered and hetero-centered territories, nonetheless, overlapping, concomitant and complementary.

Keywords: Development. Territory. Networks. Autonomy.

Introdução

Um conjunto de questões específicas tem surgido atualmente em investigações científicas sobre processos de aprendizagem, intercâmbios e internacionalização do

conhecimento produzido em nossas universidades. Há, de maneira geral, ao mesmo tempo, a valorização de processos específicos de desenvolvimento, em meio à constante expansão das forças do capital em nível internacional. Assim, emanam grandes questões que fundamentam a necessidade de conhecer e confrontar empírica e metodologicamente métodos de pesquisa e experiências de desenvolvimento territorial. A ciência e a universidade brasileira têm um duplo desafio para se consolidar: o primeiro está focado na internacionalização com a ampliação da influência da produção científica brasileira para além das fronteiras nacionais. O segundo desafio está na contribuição da ciência para melhorar a vida da população, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e regionais a partir da nossa atuação na extensão universitária.

Desse modo, nosso objetivo principal, nesta oportunidade, é mostrar uma perspectiva específica de entendimento do desenvolvimento territorial a partir de uma orientação teórico-metodológica comparativa, destacando duas experiências distintas territorializadas local e extralocalmente: a UNICAFES e o CAPA-(Verê)-APAV-APROVIVE, explicitadas e analisadas mais adiante.

Nossa atuação dá-se no contexto de formação e fortalecimento do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da linha de pesquisas *Teorias, métodos e estudos territoriais*, por meio das atividades contínuas de pesquisa, ensino e extensão. Neste contexto, a extensão é compreendida como um processo de cooperação entre distintos sujeitos e voltada para o desenvolvimento de base local. No caso específico, do qual resultou este texto, tivemos financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – bolsa e auxílio financeiro) e da Fundação Araucária (auxílio financeiro).

Os procedimentos utilizados foram os seguintes: pesquisa bibliográfica sobre temas como desenvolvimento, território, agroecologia, campesinato, cooperativismo e associativismo; pesquisa documental, tentando identificar projetos, princípios, objetivos e estratégias efetivadas pelas instituições estudadas; trabalhos de campo - entrevistas com agricultores agroecológicos e dirigentes institucionais realizadas entre 2010 e 2013.

Acreditamos que há necessidade de socializar e debater experiências específicas de desenvolvimento territorial, explicitando metodologias de trabalho e resultados obtidos para valorizar e potencializar processos de desenvolvimento vinculados à agroecologia. Isto precisa ocorrer em um movimento mais amplo de construção de

alternativas de desenvolvimento, como ocorre, por exemplo, na *Green Economy*, na qual se ressalta a importância das experiências locais e da construção de redes de cooperação e inovação para a garantia da sustentabilidade econômica e social. Alves (2008) e Alves e Guivant (2010) ressaltam a ideia da necessidade de conectar redes e experiências para a superação de aspectos dicotômicos entre desenvolvimento local e global.

Para nós, alguns dos princípios mais importantes da agroecologia são: a) ampliação e preservação da biodiversidade; b) aproveitamento de sinergismos próprios dos componentes biológicos e dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; c) recuperação do solo degradado e sua proteção com manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; d) produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos; e) contribuição para a conservação das águas, das plantas e dos animais; f) aumento da capacidade de *uso múltiplo do território* (ALTIERI, 1998) com o favorecimento da diversificação da produção e com as agroflorestas; g) *reciclagem* de nutrientes e da matéria orgânica; h) preservação das identidades culturais, valorizando o conhecimento dos agricultores, sua participação nos processos decisórios e favorecendo o uso eficaz dos recursos de cada unidade produtiva; i) tentativa de fortalecer a comercialização direta com o consumidor em mercados locais. (ALTIERI, 1998 e 2012[2002]; GLIESSMAN, 2000; ARRIEL SAQUET et al, 2005). São processos que, uma vez efetivados, constituem um *patrimônio ecológico* da humanidade (ALTIERI, 2012[2008]).

A produção agroecológica é entendida como uma problemática do desenvolvimento territorial de base local, diferentemente das relações e estratégias concretizadas pela UNICAFES. O desenvolvimento é uma problemática territorial, conforme explicitamos em Saquet (2003 [2001], 2011 e 2011a), considerando aspectos das concepções elaboradas especialmente por Bagnasco (1977 e 1988), Magnaghi (1995, 2000 e 2009) e Dematteis (1985, 1994, 1995 e 2001). Os processos de desenvolvimento precisam ser orientados e objetivados por meio de princípios como participação, cooperação, produção de alimentos saudáveis, preservação ambiental, valorização e conservação do *patrimônio territorial* (MAGNAGHI, 2000) de cada grupo social e território, consoante demonstramos em Saquet, Dansero e Candiotto (2012).

Isso significa que estamos assumindo uma concepção histórico-crítica, relacional e pluridimensional de abordagem do desenvolvimento e do território, conforme detalharemos a seguir, a partir da centralidade dada à relação espaço-tempo e às relações sociais efetivadas entre os sujeitos sem desconsiderar as relações sociedade-natureza. Também, assumimos uma abordagem *operativa* (BOZZANO, 2000; DEMATTEIS, 1994 e 2001; SAQUET, 2007 e 2011) tentando gerar subsídios que possam ser utilizados diretamente pelos sujeitos estudados e, na medida do possível, para trabalhar COM eles em projetos de desenvolvimento territorial de base local com uma práxis vinculada à geografia de uma *efetiva liberdade* (DEMATTEIS, 1985).

Uma síntese do conceito de território

O conceito de território, quando estudado meticulosamente, tem significado uma orientação fundamental para a compreensão e explicação de fenômenos e processos sociais e espaciais. Isto significa que precisamos conhecer as distintas abordagens e concepções para escolher a mais apropriada metodologicamente, de acordo com cada objeto e problemática de estudos para atingir os objetivos de cada pesquisa e/ou projeto de extensão.

A essência do conceito de território está nas relações sociais e mediações entre a sociedade e a natureza. As relações territoriais estão na base da construção de cada território, sempre centradas na atuação dos homens, sujeitos históricos que contêm em si a síntese da unidade dialética entre a natureza e a sociedade: somos naturais e sociais, simultaneamente, consoante argumentara há um bom tempo Karl Marx e conforme explicitamos em Saquet (2003 [2001], 2002 [1996], 2009 e 2011).

“O território não é um asno” (MAGNAGHI, 2000, p. 50; BERTONCIN e PASE, 2006, p. 7; tradução livre) e não é um sujeito social. É formado, material e imaterialmente, por sujeitos, grupos e classes sociais que estão em constante interação, conflitos e disputas em escalas espaciais diversas. As interações correspondem às territorialidades diacrônicas e sincrônicas, significam *alteridade* e *exterioridade* (RAFFESTIN, 1977 e 1993[1980]) na vida em sociedade sem se descolar da natureza exterior aos nossos corpos.

Após cerca de 15 anos estudando as abordagens e concepções de território, inferimos que, os principais elementos e processos que caracterizam cada território, são: a identidade, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder e a natureza. Esta é, portanto, uma das maneiras para diferenciar o território do espaço geográfico (SAQUET, 2007 e 2009).

Sucintamente, a identidade corresponde a um processo social, historicamente construído, consoante indicam Gottmann (1947 e 1952) e Dematteis (1994, 1995 e 2001), entre outros, concretizada em meio às conflitualidades sociais. Portanto, a identidade pode ser uma importante mediação para a resistência e para a construção de projetos de desenvolvimento de base local.

A identidade significa *unidade dialética* nos termos indicados por Lefebvre (1995 [1969]), envolvendo pessoas e relações econômicas, culturais e políticas sem descolamento da natureza, do espaço e do território. Ela envolve relações afetivas e de pertencimento, porém, também está presente na organização política realizada, normalmente, a partir das diferenças e dos conflitos sociais, conforme descrevemos em Saquet (2011).

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade [...] significa uma forma para, politicamente, dinamizar as singularidades em favor do desenvolvimento local: os princípios organizativos de uma sociedade local permitem-facilitam a reunião, a discussão e a projeção do futuro. (SAQUET, 2011, p. 94).

As redes locais de sujeitos [...] são compreendidas como potencialidades para transformar democraticamente e melhorar o lugar-território de vida. A identidade-unidade significa coesão, organização e mobilização política para o desenvolvimento. (SAQUET, 2011, p. 104).

O poder é compreendido numa perspectiva pluridimensional e contraditória, como nos ensinam autores como Foucault (1978[1976]), Magnaghi (1976), Raffestin (1993[1980]) e Bobbio (1995): processo inerente às relações sociais, envolvendo conflitos e heterogeneidades, são relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e estão presentes em outros processos da vida cotidiana que, simultaneamente, formam redes de circulação e comunicação. As redes são compreendidas na perspectiva das escalas espaciais ou *âmbitos escalares* do território (DEMATTEIS, 1964, 1985, 1990 e

1994; MAGNAGHI, 1976), interligando lugares, pessoas e atividades numa complexa *trama territorial trans e multiescalar* (DEMATTEIS, 1985, 1990 e 2001; SAQUET, 2007 e 2011). As relações correspondem às *territorialidades multiescalares* (DEMATTEIS, 2001) que articulam os territórios e as estratégias de desenvolvimento.

Segundo Callon (1995), a rede nos permite reconstituir as dinâmicas das opções tomadas por um grupo de atores confrontados com a necessidade de tomar decisões e fazer escolhas. A rede não é considerada aqui um instrumento de coordenação intermediário entre uma organização e o mercado. Ela é entendida significando o grupo de relacionamentos não especificados entre entidades cuja própria natureza é indeterminada. A rede oferece um referencial mínimo para descrever interações dos atores em toda sua diversidade e riqueza. Na mesma linha de raciocínio, na *Teoria Ator-Rede (TAR)*, a rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos e, neste sentido, não se remete a uma entidade fixa. Para Bruno Latour, a palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais e constitui-se em nós e pontos, que estão, por sua vez, conectados a outros nós e pontos – criando os vínculos que estabelecem a rede. As conexões que decorrem dessa interação transformam os recursos dispersos em uma rede que parece estender-se a todos os lugares (LATOURE, 2000). As redes são constituídas por pessoas e/ou instituições (dentre outros recursos como máquinas, dinheiro, história etc.) e são mais fortes que as partes isoladas. Por meio das redes e dos processos decisórios, imanentes às territorialidades de cada instituição, existem *territorializações heterocentradas e autocentradas*, gerando distintos territórios (TURCO, 1988 e 2010).

Por fim, compreendemos a natureza como processualidade imanente à nossa vida; nós somos, portanto, naturais e sociais ao mesmo tempo. O homem é natureza. Natureza que pensa, luta, produz. A sociedade não está separada da natureza. A reprodução do homem é, ao mesmo tempo, continuidade da sociedade em que vive e substantiva, a reprodução do social e do natural que está nele e em suas obras. Há uma síntese dialética do social e do natural, entre o homem-natureza e o homem-sociedade, uma interdependência contínua e efetiva, portanto, a natureza exterior a nossos corpos precisa ser gerida com responsabilidade, protegida e utilizada conforme suas características em cada estabelecimento rural e urbano, em cada local, em cada território, como ocorre na produção agroecológica que trabalharemos mais adiante.

O coração bate, nós respiramos e digerimos, as células do corpo crescem e morrem. A mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua 'no tempo e no espaço': todos envelhecemos cada vez mais, todos fazemos parte de uma sociedade em evolução, e todos somos habitantes desta terra que não pára de se mover. (ELIAS, 1998 [1984], p. 81).

A produção e vida em unidades agroecológicas é uma das maneiras para resistirmos ao mercantilismo, ao industrialismo e ao mercado financeiro, tentando fortalecer a capacidade de *auto-organização* dos sujeitos interligados local e extralocalmente (DEMATTEIS, 1994 e 1995), lutando para preservar e valorizar culturalmente o *patrimônio* histórico vinculado ao desenvolvimento territorial (MAGNAGHI, 2000; SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009).

Experiências territoriais em confronto

A gestão heterocentrada da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)

Ao analisarmos a evolução das associações dos agricultores, notamos uma transição de economias domésticas para economias de mercado. Neste processo houve a progressão de uma agricultura voltada para subsistência ou fornecimento de recursos a mercados locais e restritos para o provimento de insumos à indústria têxtil e agroalimentar, ambas muito interligadas aos mercados globais. Nessa transição, as condições de competição quase nunca são favoráveis aos agricultores familiares que passam a enfrentar, além das dificuldades comuns à suas atividades (clima, poucos recursos financeiros, pequenas propriedades, ausência de assistência técnica e de políticas públicas etc.) as instabilidades e disputas inerentes às economias de mercado. As cooperativas, em tese, podem colocar os agricultores em condições mais favoráveis, permitindo-lhes desenvolver suas atividades e atingir escalas, mercados e condições competitivas inacessíveis caso agissem isoladamente. Em termos ideais típicos, as cooperativas são compostas por produtores que partilham objetivos e metas para alcançarem resultados positivos comuns para seus membros.

Elas podem se concentrar em serviços agrícolas articuladas entre seus membros, fornecimento de crédito, união de forças para industrialização, comercialização e ampliação de mercados a produtos *in natura*, assistência técnica, empoderamento de

grupos em situação de fragilidade etc. Como observado, estas formas de cooperação e associação variam de tipologias, modelos organizativos e objetivos. Esta variação organizacional comporta também formas de gestão e regulação legal que podem beneficiar ou dificultar as ações e estratégias dos sujeitos.

Atualmente, no Brasil, quando se observa as cooperativas de agricultura familiar e economia solidária ligadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), os ramos mais fortes são de crédito, comercialização e industrialização. Do ponto de vista organizacional, o que se observa, na maioria dos empreendimentos, é a presença dos princípios fundamentais de Rochdale: igualdade, liberdade, controle democrático dos sócios e solidariedade. A esse caráter fundante é adicionada a vontade individual e livre de aderir racionalmente a um grupo que manifesta interesse em empreender de forma conjunta.

As diferentes formas organizativas dependem da interação de fatores tão díspares como: estruturas políticas, marcos regulatórios nacionais, questões étnicas e culturais, facilidade de acesso à informação, assistência técnica, linhas de crédito, confiança, capacidade de organização burocrática e administrativa, níveis de democracia interna, escala dentre outros fatores.

No Brasil, as cooperativas surgiram no início do século XX. Mas, apesar da importância da cooperação e solidariedade social, a participação delas na economia e na sociedade brasileira é ainda muito pequena se comparada com outras nações.

Para enfrentar alguns desses problemas, em 2005, foi criada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que tem como objetivo articular e organizar experiências produtivas da economia popular que estavam sendo gestadas e não encontravam apoio no cooperativismo empresarial.

O foco do trabalho da UNICAFES centra-se na organização de cooperativas de produção, comercialização, *capilarização* do microcrédito e outros ramos que envolvem a economia solidária. A tarefa assumida pela UNICAFES de organizar e articular o cooperativismo popular apresenta enormes desafios devido à complexidade, às desigualdades e particularidades regionais construídas historicamente no Brasil, bem como, aos novos contornos competitivos assumidos na globalização, às novas tecnologias, mudanças nos padrões produtivos em curso e à complexa legislação brasileira.

Nesse contexto, a UNICAFES prioriza alguns temas de debate como o de defender o posicionamento da legislação cooperativista e programas que venham a beneficiar os cooperados e seus empreendimentos solidários; estabelecer estratégias de *marketing* e comunicação, bem como elaborar e apoiar na execução de processos inclusivos e formativos; visa também articular junto à órgãos públicos e privados nos procedimentos de acesso ao mercado, desenvolvendo e assessorando na implantação de ferramentas de gestão e estratégias inovadoras para a sustentabilidade das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.

As cooperativas da agricultura familiar têm o potencial de fornecer, principalmente, aos pequenos municípios, uma alternativa de desenvolvimento, pois se propõem a organizar processos produtivos propiciando a agregação de valor aos produtos locais. Além disso, elas têm se comportado como difusoras de conhecimento técnico, ideias inovadoras de organização social, desenvolvimento sustentável, construção e articulação de redes, enfim, têm o potencial de reposicionar os recursos disponíveis (econômicos, humanos e ambientais) em um novo patamar.

Há, no entanto, um longo caminho a percorrer para que as expectativas em torno do cooperativismo solidário como difusor de práticas sociais, econômicas e sustentáveis se consolidem. É necessário também não perder a perspectiva de que vivemos em um cenário cada vez mais competitivo com diversas revoluções produtivas, sociais e tecnológicas em curso e um rural em profunda transformação que precisa ser reorganizado e rearticulado em novas bases que, ao mesmo tempo, valorizem as potencialidades locais.

Desafios organizacionais para a UNICAFES

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 2009 apontavam, com base no Censo Agropecuário de 2006, que o Brasil tem, se olharmos apenas a agricultura familiar, mais de 4.3 milhões de propriedades que ocupam 24,3% das terras agricultáveis, emprega 12,3 milhões de trabalhadores e produz: 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos. No aspecto econômico, contribui com 54 bilhões de reais no que se refere ao valor bruto da produção agrícola. Contudo, estas propriedades estão espalhadas por todo o território nacional de forma desigual constituindo, assim, o primeiro grande desafio a ser enfrentado pela UNICAFES nos

seus objetivos de organizar os diversos setores da agricultura familiar e economia solidária. Dois outros desafios estruturais e históricos da sociedade brasileira são a concentração de pobreza no campo e a baixa escolaridade das populações rurais. Segundo dados do IBGE (2010), o analfabetismo, embora tenha diminuído na primeira década desse século, é ainda muito grande nas áreas rurais. O analfabetismo diminuiu de 10,2% para 7,3%, na área urbana, e de 29,8% para 23,2% na área rural. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2012), em relação à pobreza, o rural apesar de representar apenas 15,6% da população brasileira, concentra 46,7% do total da pobreza do país. A distribuição da população rural no Brasil, segundo dados do IBGE (2010), somava quase trinta milhões de pessoas. As regiões com maior população rural são em ordem decrescente: Nordeste 47,8%, Sudeste 19,1%, Norte 14,1%, Sul 13,8% e Centro-Oeste com 5,2%.

Embora argumentos de que o critério para definir pobreza rural seja apenas a renda monetária, sem levar em consideração a produção de alimentos para o sustento familiar ou o baixo custo de itens que têm preço expressivo no espaço urbano, tais como moradia, transporte e energia, há índices expressivos que revelam uma problemática a ser enfrentada com políticas públicas específicas para possibilitar melhores oportunidades para que se rompa esse ciclo de miséria e desinformação existente no espaço rural.

Desta forma, ao observarmos os contrastes entre a riqueza criada, a pobreza e o analfabetismo no campo, verificamos que o trabalho organizador e articulador das iniciativas de economia solidária tem um papel fundamental no enfrentamento destes problemas históricos.

Uma das questões mais impactantes para a organização de cooperativas é a baixa escolaridade da população brasileira, sobretudo entre os mais pobres, e a pequena difusão da cultura cooperativista. Estas duas questões articuladas entre si trazem problemas adicionais relativos ao surgimento de lideranças e cooperados aptos a compreenderem os desafios do cooperativismo solidário. Juntas, elas impactam tanto nas políticas de formação de novas cooperativas quanto nas questões administrativas e legais mais cotidianas das cooperativas já formadas. Este é um limite que deve ser enfrentado de forma direta, uma vez que, a longo e médio prazo, a ausência de líderes pode comprometer o desenvolvimento de atividades vitais dentro e fora das

cooperativas como, por exemplo, a representação política da mesma frente a órgãos governamentais e a perda do patrimônio social e organizacional já acumulado.

Organizar as cooperativas não é tarefa simples, a complexidade produtiva do rural e do urbano periférico brasileiro exige que o cooperativismo englobe vários ramos, tais como crédito, produção, trabalho, comercialização, assistência técnica e infraestrutura da agricultura e economia solidária.

A expansão da UNICAFES entre 2011-13

Em outubro de 2011 a UNICAFES estava organizada em todas as regiões do Brasil, contava com 618 cooperativas e 262.251 associados distribuídos em 23 estados da Federação. Ainda era uma atuação tímida frente às estimativas e aos levantamentos governamentais em Juntas Comerciais que apontam para a existência de aproximadamente 24 mil cooperativas sem representação, tanto do sistema UNICAFES ou da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Entretanto, os novos dados da UNICAFES de 2012/2013 apontam um crescimento no número de cooperativas associadas ao sistema em todas as regiões do país. Esse crescimento é estimado em 171 cooperativas, com a participação de três novos estados e do Distrito Federal, e de 102.894 cooperados. Contudo, ao desmembrarmos os dados observados no quadro 1, verificamos uma distribuição desproporcional que revela, em grande medida, as diferenças culturais, étnicas, históricas e econômicas regionais do Brasil.

A região Sul é a que apresenta, simultaneamente, o maior número de cooperados e de cooperativas, registrando, respectivamente 72,05% e 47,40% do total brasileiro. Na outra extremidade, com os menores índices, figura a região Norte com apenas 2,08% dos cooperados e 7,60% das cooperativas.

O Paraná é o estado com maior número de cooperados, 141.703 pessoas, sendo dessa forma, responsável por aproximadamente 38,8 % de todos os associados do país. No que diz respeito às cooperativas, esse Estado também apresenta os números mais elevados, com 22,56 % das unidades, superando as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste somadas, as quais, dessa forma, contabilizam 22,17 % do total de cooperativas. Inversamente a esta realidade está o estado da Paraíba, contando com apenas duas cooperativas, 0,25% do total e 72 associados o que correspondente a 0,01% do total. De acordo com os dados de

2012/2013, foram incluídos os estados do Amapá, Acre, São Paulo além do Distrito Federal, num total de 17 cooperativas e 883 cooperados, representando no quadro brasileiro um total de 0,24% dos cooperados e 2,15% de cooperativas.

Quadro 1: NÚMERO DE COOPERATIVAS E ASSOCIADOS POR UNIDADE FEDERATIVA

REGIÃO	ESTADO	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS
CENTRO-OESTE	GO	26	3.741
	MT	17	930
	MS	21	1.139
	DF	03	177
	Total	54	5.987
SUL	RS	91	83.560
	SC	105	37.853
	PR	178	141.703
	Total	374	263.116
NORDESTE	AL	19	4.367
	MA	24	2.560
	PE	37	7.203
	PI	11	1.277
	BA	85	59.319
	SE	28	989
	RN	11	939
	PB	02	72
	CE	31	1.935
	Total	240	82.194
NORTE	TO	09	816
	RO	22	4.230
	RR	03	488
	AM	05	594
	PA	12	1.149
	AP	04	137
	AC	5	210
	Total	60	7.624
SUDESTE	MG	26	1.276
	ES	17	1.980
	RJ	26	1.327
	SP	05	359
	Total	61	6.224
	Total Geral	789	365.145

Fonte: UNICAFES – dados sistematizados por Adilson Alves em maio de 2013.

Os contrastes verificados no Brasil no que se refere à organização das cooperativas devem ser observados de forma multifatorial considerando as singularidades regionais. Dentre os aspectos observados estão questões culturais, processos colonizadores e históricos, formação social, políticas públicas de expansão territoriais e aspectos sociológicos e antropológicos da formação do Brasil que precisam ser respeitados, analisados e compreendidos para que, desta forma, o incremento do número de cooperativas ocorra de forma a garantir um crescimento sustentável no médio e longo prazo. A UNICAFES se revela, portanto, como uma organização estruturada em rede e heterocentrada, com centralidades de gestão dispersas e articuladas.

A relação CAPA-(Verê)-APAV-APROVIVE: uma experiência autocentrada

A ONG denominada Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) foi fundada em 1978, em Santa Rosa (RS), pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB); também naquele Estado, em 1982, cria-se o CAPA em Arroio do Tigre e em São Lourenço do Sul e, em 1997, instalam-se os núcleos no Paraná: Verê e Marechal Cândido Rondon. A partir de 2003, o CAPA tem cinco núcleos: Erechim, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Verê e Marechal C. Rondon (BUCHWEITZ, 2003; FRITZ, 2008; GAIOVICZ e SAQUET, 2010). Os principais conceitos utilizados são: ecologia, sustentabilidade, agroecologia, agricultura orgânica, ecossistema e agroecossistema, todos vinculados a um movimento mais geral de manifestações e iniciativas em favor da preservação e recuperação ambiental.

Inserido no movimento ambientalista emergido em nível internacional a partir dos anos 1970, um dos principais objetivos do CAPA é “[...] alcançar um sistema de produção 100% ecológico [...]”, que induz “[...] inevitavelmente a um tratamento holístico do problema [...]” (BUCHWEITZ, 2003, p. 190). Assim, outro objetivo principal é contribuir para a efetivação de cultivos sem o uso de insumos químicos. “[...] Considerando a trajetória institucional e os acúmulos já alcançados, entende-se que o CAPA trabalha para a construção de sistemas de produção agroecológicos [...]” (BUCHWEITZ, 2003, p. 190).

De acordo com Buchweitz (2003), os principais princípios e estratégias do CAPA são: a participação dos *múltiplos atores*; a visão holística integrando várias dimensões: econômica, cultural, política, ambiental e espiritual; trabalho familiar e sustentabilidade; a busca da autonomia, das parcerias e cooperações; a construção conjunta de saberes; a busca da diversidade e da conversão agroecológica priorizando o mercado local; a tentativa de controle da comercialização. Essas informações ratificam as que constam no Estatuto e no *site* do CAPA: são princípios vinculados, grosso modo, à intencionalidade de contribuir diretamente para o *desenvolvimento rural sustentável e solidário* (www.capa.org.br, acessada em 24/9/2013). Seus técnicos e demais trabalhadores atuam, portanto, na formação política (organização social), na orientação voltada para a produção (sobretudo de frutas e hortaliças) e para a comercialização tentando fortalecer a economia familiar, preservando o ambiente, produzindo alimentos saudáveis e comercializando de distintas maneiras, sobretudo no mercado local: feiras livres, lojas especializadas, mercados, venda direta no estabelecimento e para os programas do Governo Federal (Programa de Aquisição de Alimentos [PAA] e Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE]) desde 2004.

O CAPA-Verê atua regularmente em Verê, São Jorge d'Oeste e em Itapejara d'Oeste, por meio da assistência técnica aos agricultores agroecológicos realizada com cursos e palestras (são quatro técnicos que atuam especialmente com a olericultura e com a fruticultura), atendendo cerca de 200 famílias que trabalham com pelo menos alguns princípios agroecológicos, das quais, cerca de 50 são consideradas agroecológicas (parcial ou totalmente). A assistência também tem o caráter formativo, feito por meio da realização de intercâmbios, *tardes de campo* (oficinas) e cursos.

O CAPA também atua na *educação popular*, saúde e organização *comunitária*, além de apoiar a comercialização da produção agroecológica desde que seja *associativa* e *solidária*; outra interface das ações do CAPA está centrada na construção de uma rede de relações interinstitucionais, incluindo prefeituras municipais, universidades, associações, órgãos do Governo Federal etc. (www.capa.org.br, acessada em 23/5/2012 e em 24/9/2013). A certificação da produção é realizada pela Rede ECOVIDA, de maneira participativa, em consonância com a regulamentação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Decreto 6.323/2007).

Em Verê, o CAPA influenciou diretamente a criação da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAV), em 2001, justamente para tentar facilitar a comercialização da produção familiar. A APAV foi antecedida pela iniciativa de alguns agricultores de vender hortaliças na cidade semanalmente com a mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), do CAPA, da Prefeitura Municipal de Verê e da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) (GAIOVICZ e SAQUET, 2010; MEIRA e CANDIOTTO, 2011). Observando o Estatuto Social da APAV e suas ações de comercialização, percebemos claramente uma interação e identidade entre esta instituição e o CAPA. Os principais princípios da APAV são: colaboração recíproca, ajuda mútua, solidariedade, consciência crítica e ecológica, produção ecologicamente sustentável, comercialização solidária, realização de cursos etc.

Outro aspecto importante é que a APAV é dirigida por uma diretoria, por um conselho fiscal e por espaços de reunião caracterizados como assembleias dos associados. São nestas últimas que se discutem e aprovam os planos de trabalho, os orçamentos e os investimentos da APAV, reforçando, assim, relações identitárias reconstruídas historicamente e a ajuda mútua. Conforme nossa entrevistada B, atualmente, é formada por 60 associados, dos quais cerca de 40 são certificados: do total, aproximadamente 90% entrega regularmente produção para venda na APAV, tais como frutas, hortaliças, mandioca, feijão, batata-doce, pipoca, amendoim, abóboras etc., juntamente com conservas, compotas e geléias produzidas na APROVIVE. Na mediação, entre 10 e 30% do valor do produto fica para a APAV (o percentual varia de acordo com cada produto), para pagar os gastos que a diretoria tem para manter a loja na cidade de Verê.

Para termos noção da importância da APAV na comercialização da produção agroecológica, em Verê, basta mencionarmos que, em 2010, ela revendia a produção de 85% dos produtores agroecológicos do município (GAIOVICZ e SAQUET, 2010). A comercialização ocorre numa loja localizada na cidade de Verê, por meio do PAA e do PNAE, em supermercados de Verê e, em algumas situações, em Curitiba. As redes são, predominantemente, locais. Na loja, os alimentos são embalados, rotulados e comercializados no próprio mercado, transportados para mercados locais e para escolas, eliminando pelo menos em algumas transações, os atravessadores (GAIOVICZ, 2011;

MEIRA, 2013), favorecendo, assim, o fortalecimento das relações *face-to-face* e da confiança entre produtores e consumidores em nível local.

Ao mesmo tempo, o CAPA e a APAV têm ligação direta com a Associação dos Vitivinicultores de Verê (APROVIVE), iniciada em 2004, a partir da reunião de 25 agricultores. Em 2007, quando uma empresa de Santa Catarina abriu falência deixando os produtores desamparados, o CAPA, a CRESOL e a APROVIVE criaram a Indústria de Sucos Viry Ltda. que, atualmente, transforma as uvas agroecológicas de Verê e Itapejara d'Oeste (em 2013, 11 produtores venderam a produção de uvas para a APROVIVE), comercializando os produtos por meio da APAV. Além do suco fabricado (*Vereda Ecológica*), os trabalhadores da APROVIVE (foram 22, em 2011, conforme o Jornal de Beltrão [2013a], e, são 15 contratados em 2013 como diaristas) fazem doces de uva e vinho colonial para comercialização. “O processamento da uva é feito em etapas, desde a colheita, transformação em suco, engarrafamento, lacre da tampa, colocação do rótulo com data de validade, lote e fabricação [...]” (GAIOVICZ e SAQUET, 2010, p. 9). Atualmente, a APROVIVE é formada por 17 associados que tentam atuar de acordo com os seguintes princípios: efetivação de ações *comunitárias* e *solidárias* (ajuda mútua); busca do desenvolvimento sustentável por meio de uma *consciência crítica e ecológica*; trabalho em parceria com outras associações familiares e instituições públicas, especialmente para comercializar de maneira conjunta e *solidária* (ESTATUTO SOCIAL DA APROVIVE, 2004). A produção de suco orgânico pode ser assim resumida: 2008, 15.000 litros; 2009, 20.000 litros; 2011, 50.000 litros (JB, 2013a); 2012, 52.000 litros e, em 2013, foram 40.000 litros produzidos e comercializados por meio da APAV (Entrevistado A, 9/2013).

Resumindo, a APAV tem um espaço de comercialização no centro da cidade de Verê e uma cozinha, no parque industrial do município, onde uma equipe especializada transforma o que não foi comercializado na sua loja; a APROVIVE atua através da Indústria de Sucos Viry, a qual compra, transforma a uva em suco e comercializa por meio da APAV e do CAPA que organizam os projetos do PAA e do PNAE. Estas três organizações se territorializam localmente estabelecendo redes de distribuição de hortaliças, frutas, embutidos, vinhos e sucos (SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012). A título de ilustração, de acordo com o Jornal de Beltrão (2013), o

projeto vinculado ao PNAE, do CAPA, de Verê, é um dos maiores do Sudoeste do Paraná, atingindo 165 escolas da rede estadual de 28 municípios.

Há dificuldades? É claro que sim, especialmente as impostas pela expansão sempre crescente do capital no espaço agrário brasileiro: também em Verê há concentração e centralização, como ocorre no restante do país. Além disto, há dificuldades específicas identificadas pela equipe do CAPA e em nossas pesquisas (SAQUET et al. 2010; SAQUET, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012), tais como: a) predomínio da população masculina e envelhecimento da população rural, processo resultante da migração dos jovens e que se manifesta, evidentemente, na pequena quantidade de gente para trabalhar: faltam pessoas para trabalhar na produção, no empacotamento e na comercialização; b) fragilidade da infraestrutura para garantir maior regularidade da produção; c) poucas possibilidades para financiamentos, dificultados também pela burocracia imposta pelos bancos; d) importação das sementes (Austrália, Japão, EUA etc.), fato que encarece a produção; e) poucas pessoas habilitadas e qualificadas para prestar a assistência técnica em agroecologia; f) dependência da sazonalidade e das intempéries.

Embora o CAPA dependa parcialmente de financiamentos externos (principalmente da Alemanha), acreditamos que pode ser entendido como uma ONG *contra-hegemônica*, no sentido indicado por Lisboa (2003), pois há sinais claros de um movimento político formado também por práticas agroecológicas em meio a um processo de *territorialização das ações coletivas* (GOVERNA, 2001) disperso e às vezes pouco perceptível, embora a produção agroecológica, efetivamente, seja bastante incipiente quando comparada com a produção convencional de alimentos. Um dos sinais da resistência ao agronegócio é revelado pela fala da nossa entrevistada A: “Enquanto estivermos aqui, não vai entrar produto convencional, nossa opção é pelo orgânico, por exemplo, pelo suco diferenciado, que já está conhecido”. Outro sinal, percebemos no nível de autonomia organizacional e político conseguido por meio das ações territorializadas pelo CAPA e pela APAV, envolvendo diretamente a APROVIVE e, obviamente, cada associado que participa ativamente destas instituições. A objeção à produção convencional e simultânea centralidade dada à produção agroecológica também nos indicam claramente a existência de um movimento autocentrado voltado à produção de alimentos agroecológicos e à preservação da natureza.

Tal movimento se faz de práticas e as práticas se fazem no movimento, muitas vezes, de forma experimental. Neste processo coexistem relações de cooperação, organização política, algumas resistências e conflitualidades inerentes às relações de troca e à expansão do agronegócio, sempre mais forte e predominante no espaço agrário brasileiro. Há práticas de conservação da natureza, saberes culturais (identidades) e experiências de produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos num movimento, embora frágil em vários aspectos, de tentativa de contraposição à expansão do capital, valorizando-se o conhecimento dos agricultores e sua participação nos processos decisórios.

Conforme verificamos por meio dos trabalhos empíricos realizados em Verê (2010-2013) há claramente a reprodução de princípios agroecológicos, tais como: preservação da biodiversidade; aproveitamento dos recursos de cada unidade produtiva, trabalhando com o controle biológico de pragas; práticas de proteção do solo com manejo adequado, pelo menos nas áreas da produção agroecológica; uso *múltiplo* e diversificado de cada estabelecimento rural, ou seja, de cada território de vida; *reciclagem* de matéria orgânica; fortalecimento da comercialização direta com o consumidor em mercados locais.

Os processos dinamizados pelo CAPA-Verê, pela APAV e pela APROVIVE são, claramente, identitários, mas também têm conteúdos políticos, econômicos e territoriais. Suas estratégias e ações se territorializam, têm um espaço de referência com significados territoriais a partir da identidade, das redes que as pessoas estabelecem e do poder, sempre presente nos processos societários. Suas territorialidades e identidades expressam a capacidade organizativa em uma sociedade local que se reproduz historicamente em certo espaço-território.

Assim, notamos que aquelas *relações de proximidade* (BENKO e PECQUEUR, 2001), não são fundamentais somente para a concorrência e competitividade, mas, também, quando assumem o significado da confiança e da solidariedade: são muito importantes para fortalecer experiências associativas e cooperativas de resistência ao capital. A *proximidade geográfica* (espacial) e *organizacional* (BENKO e PECQUEUR, 2001; GILLY e TORRE, 2000; PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2002), é um dos elementos que influenciam na reprodução das ações do CAPA-Verê, da APAV e da APROVIVE. Há um movimento de unidade entre estas instituições que revela uma

proximidade-identidade política e cultural em favor dos princípios da agroecologia mencionados no início deste texto.

As relações de confiança e/ou reconhecimento repousam sobre a proximidade espacial e institucional, porém, sobretudo, sobre valores como o respeito e a cooperação, construídos historicamente entre as pessoas, neste caso, especialmente entre produtores e consumidores que compram, costumeiramente, mesmo que não exista a certificação, valorizando relações pessoais que extrapolam os níveis da vizinhança e comunidade. A proximidade espacial facilita, aí sim, os encontros, a definição das agendas, a distribuição dos produtos agroecológicos, a coordenação das atividades de gestão etc.. Este é um dos fatores que está na base da autonomia relativa conquistada por meio do CAPA-Verê, da APAV e da APROVIVE: há proximidade pessoal, cultural, espacial, política, organizacional e institucional, ou seja, identidade política em favor da agroecologia (GAIOVICZ e SAQUET, 2010). Notamos, claramente, em Verê, a efetivação de um movimento constante, reforçando os laços e a identidade construída territorialmente, contrário à utilização de insumos químicos e em favor da produção de alimentos saudáveis e da valorização do saber-fazer dos agricultores.

Processos desta natureza se efetivam como uma das maneiras para valorizar a pluralidade dos sujeitos que, provavelmente, sentem-se motivados para debater, projetar e atuar no seu *lugar-território* de vida (SAQUET, 2007 e 2011). Uma experiência como esta do CAPA-APAV-APROVIVE pode ser fortalecida ainda mais, por exemplo, a partir da noção de *territorialidade ativa* (DEMATTEIS, 2001) ou da *ativação* de outras *produções locais com forte identificação cultural e identitária* (VELARDE, 2003), inerentes ao *patrimônio territorial* de cada lugar, de cada território, de cada grupo de sujeitos (MAGNAGHI, 2000; SAQUET, 2007 e 2011).

Considerações finais

Ao analisar a gênese, as ações e as estratégias efetivadas pela UNICAFES e pela articulação CAPA-(Verê)-APAV-APROVIVE, ficam evidentes algumas diferenças substantivas. A UNICAFES nasce com o objetivo de articular em nível nacional setores produtivos da economia solidária e da agricultura familiar, atuando no nível da

representação política junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais, ministérios e secretarias de Estado e, no nível horizontal, na prestação de serviços institucionais na consolidação da identidade, no fomento e fortalecimento dos comitês descentralizados, na inserção e consolidação de bases de serviços que atuam nas centrais de cooperativas, para melhorar e aprimorar a gestão das cooperativas articulando programas de capitalização e industrialização, comercialização em mercados privados e institucionais. Assim, há um trabalho que articula os agricultores familiares a complexas redes de produção e consumo voltadas ao mercado ou à políticas públicas e estratégias nacionais de desenvolvimento.

Já as iniciativas das pessoas que administram e fazem parte do CAPA-(Verê)-APAV-APROVIVE são bem mais específicas e localizadas, ou seja, estão diretamente vinculadas à produção, à transformação e à comercialização agroecológica que, por sua vez, é feita predominantemente em nível local e/ou regional, dependendo das condições conjunturais. Na produção, há preocupação com a preservação da natureza; na transformação, incorporação de valor ao produto; na comercialização, a valorização das relações próximas e de confiança, juntamente com a utilização dos programas do Governo Federal: PNAE e PAA. Neste sentido, enquanto a UNICAFES tem uma gestão heterocentrada, a trama CAPA-APAV-APROVIVE contém sinais claros de um processo autocentrado que se define a partir das reuniões e assembléias dos associados de cada instituição, mediadas sobretudo pela atuação sistemática dos membros do CAPA-Verê: há identidade e certa coesão institucional, organizacional e territorial.

Conforme verificamos nos trabalhos empíricos, há uma tendência à valorização das aspirações, decisões e vontades dos agricultores vinculados aos princípios da agroecologia, já evidenciados. Há uma interação/relação/vinculação/agregação dos sujeitos com o lugar de vida, com a natureza, com a produção e com os consumidores, ou seja, com o seu território de trabalho, resistência e vida cotidiana, fato que não impede, evidentemente, a existência de diferenças, conflitualidades e a formação de redes de circulação e comunicação em distintos níveis escalares.

A territorialização, por meio das redes, acontece em ambos os processos estudados, porém, na atuação da UNICAFES, as redes são mais longas e diversificadas, obviamente, conectadas também a redes locais; no complexo CAPA-APAV-APROVIVE, as redes são mais curtas, predominantemente locais e menos

diversificadas, embora também aconteçam redes mais longas. Há, portanto, uma coexistência de sujeitos e ações, de fenômenos e processos, de estratégias e redes, de objetivos e mecanismos diversos que são perpassados pelo mercado, pela atuação do Estado, pelo movimento ambientalista e de organização política, pela reprodução das identidades, pelas inovações técnicas e tecnológicas etc., substantivando uma complexa trama territorial que se sobrepõe histórica e geograficamente.

Referências

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2002]. p. 103-115.

ALTIERI, Miguel. Agricultura familiar camponesa como patrimônio ecológico planetário. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012 [2008]. p. 363-378.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ALVES, Adilson et. al. Manual para cooperativas: boas práticas na gestão cooperativada. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010.

ALVES, Adilson. Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (PR). 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Doutorado em interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

ALVES, Adilson e GUIVANT, Julia. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura sustentável. **Revista Internacional Interdisciplinar**, Florianópolis, v. 7 n. 1, p. 1-27, 2010.

ARRIEL SAQUET, Adriano et. al. **Agricultura ecológica e ensino superior: contribuições ao debate**. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 2005.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.

BAGNASCO, Arnaldo. **La costruzione sociale del mercato**. Bologna: Il Mulino, 1988.

BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos, **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.

BERTONCIN, Marina e PASE, Andrea. Introduzione - Il territorio non è un asino. In: BERTONCIN, M. e PASE, A. (Org.). **Il territorio non è un asino**. Voci di attori deboli. Milão: Franco Angeli, 2006. p. 7-20.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOZZANO, Horacio. **Territorios reales, territórios pensados, territórios posibles**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

BUCHWEITZ, Suzane. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre: CAPA, 2003.

CALLON, M. Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practitioner. **Managing Technology in Society**, 1995, p. 307-330.

DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale, **Atti 19º. Congresso Geografico Italiano**, Como, vol. III, 1964, p. 239-253.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe. Nodi e reti nello sviluppo locale. In: MAGNAGHI, A. (Org.). **Il território dell'abitare**. Milano: Angeli, 1990. p. 249-268.

DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale, **Sviluppo locale**, Firenze, I, 1, p. 10-30, 1994.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito**. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p.11-30.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 [1984].

ESTATUTO SOCIAL DA APROVIVE, 2004.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DE VERÊ (APAV), 2008.

FRITZ, Nilton. Agroecologia: o desenvolvimento no Sudoeste do Paraná. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 185-212.

FOUCAULT, Michel. **La volontà di sapere**. Storia della sessualità I. Milano: Feltrinelli, 1978 [1976].

GAIOVICZ, Elaine. **Território e poder**: a produção agroecológica como estratégia de desenvolvimento territorial. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIOESTE – Francisco Beltrão, 2011.

GAIOVICZ, Elaine ; SAQUET, Marcos. Poder e identidade: as entidades da agroecologia no município de Verê – Sudoeste do Paraná, **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, AGB, 2010, p. 1-11.

GILLY, J. P. ; TORRE, A. Introduction générale. In: GILLY, J e TORRE, A. (Org.). **Dynamiques de proximité**. Paris: L'Harmattan, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GOTTMANN, Jean. De la méthode d'analyse en géographie humaine, **Bulletin de la Société de Géographie**, Paris, n. 301, p.1-12, 1947.

GOTTMANN, Jean. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GOVERNA, Francesca. Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità. In: BONORA, P. (Org.). **Slot, quaderno1**. Bologna: Baskerville, 2001. p. 31-46.

JORNAL DE BELTRÃO (JB) – CAPA lança projetos de alimentação escolar, Francisco Beltrão, 24/2/2013 (20/1/2012). Disponível em: <http://www.jornalbeltrao.com.br/regional/capa-lanca-projetos-de-alimentacao-escolar-70829/> (acessado em 1/9/2013). Acesso em: 1 set. 2013.

JORNAL DE BELTRÃO (JB) – Verê: indústria de suco de uva orgânico planeja expansão de mercado, Francisco Beltrão, 24/2/2013a (22/1/2011). Disponível em: <http://www.jornalbeltrao.com.br/regional/vere-industria-de-suco-de-uva-organico-planeja-expansao-de-mercado-59191/>. Acesso em: 1 set. 2013.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1969].

LISBOA, Armando. Organizações não-governamentais. In: CATTANI, Antonio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 212-215.

MAGNAGHI, Alberto. Il territorio nella crisi, **Quaderni del territorio**, Milano, anno 1, n.1. CELUC Libri, p. 15-29, 1976.

MAGNAGHI, Alberto. Per uno sviluppo locale autosostenibile, **Materiali**, n. 1, Firenze, Centro A-Zeta, 1995.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, Alberto. Territorio: dal progetto implícito al progetto esplicito. In: **Le frontiere della Geografia**. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 275-292.

MEIRA, Suzana. **Intencionalidades, territorialidades e temporalidades da agroecologia e da agricultura orgânica em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIOESTE – Francisco Beltrão, 2013.

MEIRA, Suzana ; CANDIOTTO, Luciano. A organização de produtores nos municípios de Francisco Beltrão e de Verê – PR para a comercialização de alimentos orgânicos, **Revista de Geografia**, Recife, v. 28, n. 1, p.57-72, 2011.

PECQUEUR, Bernard ; ZIMMERMANN, Jean. Les fondements d'une économie de proximités. **GREQAM**, Marseille, DT 02A26, p.1-23, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité, **Cahiers de géographie du Québec**, v. 21, n.53-54, p.123-134, 1977.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria França. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002 [1996].

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. ; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 209-226.

SAQUET, Marcos et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M.; SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237-254.

SAQUET, Marcos ; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial, **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3 – 16, 2009.

SAQUET, Marcos; GAIOVICZ, Elaine; MEIRA, Suzana; SOUZA, Poliane. Agricultura familiar agroecológica como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara d'Oeste, Salto do Lontra e Verê - Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, M.; CANDIOTTO, L.; DANSERO, E. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 35-62.

SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SAQUET, Marcos; DANSERO, Egidio ; CANDIOTTO, Luciano (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TURCO, Angelo. **Verso uma teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

TURCO, Angelo. **Configurazioni della territorialità**. Milão: Franco Angeli, 2010.

VELARDE, Irene. Metodología de activación de productos locales: construyendo una calidad 'posible' con pequeños productores rioplatenses. **Sistemas agroalimentarios localizados**. Buenos Aires, INRA/INTA, 2003. p. 7-20.

Recebido em 08/10/2013 Aceito para publicação em 20/03/2014.
